



PALAVRA DO PRESIDENTE VÁ EM PAZ, ARNALDO FARIA DE SÁ PAG 2



★ 30/12/1945

† 16/06/2022



A REFORMA
ADMINISTRATIVA
ESTÁ PARADA, MAS A
NOSSA LUTA NÃO! PAG 3

CARGOS COMISSONADOS SÃO
CRIADOS EM ABUNDÂNCIA,
O QUE PREJUDICA O
SERVIÇO PÚBLICO PAG 6

HOSPITAL DO SERVIDOR
PÚBLICO PRECISA
DE CONTRIBUIÇÃO
DO ESTADO PAG 7

PALAVRA DO PRESIDENTE:

VÁ EM PAZ, ARNALDO FARIA DE SÁ

Autor: Antonio Tuccílio, presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)



FOTO DIVULGAÇÃO / CÂMARA DOS DEPUTADOS

No dia 16 junho de 2022, nosso querido amigo e parceiro de luta, o vereador Arnaldo Faria de Sá (Progressistas - SP), se foi. Perdeu sua batalha de 10 anos contra o câncer.

Era um exemplo de político a ser seguido e durante toda sua carreira nos parlamentos lutou a favor dos aposentados,

servidores e dos mais humildes. Além disso, auxiliou muitos para obtenção de aposentadoria e fornecimento de remédios, entre outras boas ações.

Acredito firmemente que, onde quer que ele esteja, está nos iluminando.

Um homem íntegro, pai de família,

amigo da melhor qualidade. Em tempos de eleição, precisamos de mais Arnaldos na política brasileira. Tudo que posso dizer nessa singela homenagem é obrigado, querido amigo.

Vá em paz.

O seu legado continua.

Deus o abençoe.

A REFORMA ADMINISTRATIVA ESTÁ PARADA, MAS A NOSSA LUTA NÃO!

As chances de a Reforma Administrativa ser aprovada ainda esse ano são poucas. Mas sempre é bom lembrar o que ela representa e que malefícios pode trazer para a carreira do servidor. “É um equívoco achar que a reforma afetará somente os futuros servidores e que aposentados e servidores atuais não precisarão se preocupar”, informa Antonio Tuccilio, presidente da CNSP.

A PEC 32, como também é chamada, prevê o fim de concursos e, sem concursos, os sistemas próprios de Previdên-

cia se rompem. Com isso, os governos terão caminho livre para aumentar ainda mais os descontos previdenciários, conforme autorizado na última Reforma da Previdência. Isso prejudica tanto os atuais como os futuros servidores. Além disso, a PEC fará com que tudo passe para o chamado regime geral, o que afeta diretamente a remuneração dos aposentados – já impactada por descontos adicionais, como os definidos no Estado de São Paulo.

É nítido que a reforma não poupará ne-

nhum servidor, seja no início, meio ou fim da carreira. Para Tuccilio, essa é uma das maiores ameaças atuais para o funcionalismo público. “A Reforma Administrativa deixou de ser apenas uma possibilidade. O que encaramos agora é uma espécie de caminhão desgovernado lançado a toda velocidade para cima do serviço público. Não entendo e não sei como essa ira direcionada aos servidores públicos surgiu, mas há muito tempo alguns políticos se empenham como nunca para encontrar maneiras de prejudicar nossa classe”, protesta o dirigente.



FOTO DIVULGAÇÃO / RODRIGO BONALDO - TEXTO COMUNICAÇÃO

O PDL 22 PRECISA SER APROVADO. E JÁ!

O Projeto de Decreto Legislativo 22/2020 (PDL 22), que anula cobranças indevidas nas aposentadorias e pensões de servidores públicos estaduais, foi aprovado pelos deputados que integram a Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) há mais de um mês. Pode parecer pouco, mas para os aposentados significa um outro mês de descontos adicionais.

“Muitas famílias dependem desse dinheiro para pagar as contas essenciais e o PDL 22 não avança. O presidente da ALESP, Carlão Pignatari (PSDB – SP), segue fazendo vista grossa em relação

ao projeto. Nós, da CNSP, enviamos ofício cobrando que a medida seja colocada na pauta de votação, mas não recebemos resposta e também não vimos nenhum tipo de ação. Isso é um completo absurdo”, informa Antonio Tucílio, presidente da CNSP.

O dirigente destaca que a aprovação do PDL 22 é mais do que necessária, já que os aposentados e pensionistas se encontram em situação crítica. “Vou além e digo que os deputados têm a obrigação de votar a favor do PDL 22. É só analisar a situação do país: a inflação está de volta e as pessoas perderam completamente o poder de compra. Ninguém

consegue pagar as contas essenciais. O povo brasileiro está vivendo aquela famosa e triste frase “vendendo o almoço para pagar a janta”, finaliza.

Importante lembrar que o PDL 22 não é a única medida em discussão que objetiva acabar com essa cobrança indevida. Há outros quatro projetos anexados à mesma medida. São eles: PDL 23/2020, de autoria da deputada Delegada Graciela (PL); PDL 24/2020, de autoria do deputado Campos Machado (PTB); PDL 39/2020, de autoria da deputada Professora Bebel (PT) e PDL 40/2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas (PSL).



FOTO DIVULGAÇÃO / ALESP

ROL TAXATIVO DOS PLANOS DE SAÚDE É APROVADO. E AGORA?

O rol taxativo dos planos de saúde foi aprovado. O IBGE informa que cerca de 150 milhões de pessoas dependem do Sistema Único de Saúde (SUS). Agora, esse número deve aumentar. “Em meio a uma situação crítica como a que vivemos em termos econômicos, a ANS aprovou o maior reajuste de planos de saúde individuais e familiares desde o início da série histórica, em 2000. Trata-se do absurdo percentual de cerca de 15%”, informa Antonio Tuccilio, presidente da CNSP.

Por conta da crise econômica agravada pela pandemia, milhares de famílias per-

deram poder de compra. E muitas delas dependem de tratamentos específicos que só existem na rede particular, como terapias cognitivas destinadas a pessoas com autismo. “Muitos tratamentos indicados para crianças autistas agora estão comprometidos, uma vez que os planos de saúde já começaram a se movimentar para derrubar decisões que antes eram favoráveis à cobertura de procedimentos não previstos no rol da ANS”, destaca o dirigente.

Ao todo, seis ministros do Superior Tribunal de Justiça votaram a favor da medida. Agora, os planos de saúde estão

isentos da obrigatoriedade de bancar determinados tratamentos, como alguns tipos de quimioterapia oral e radioterapia. Milhares de pessoas dependem dos planos de saúde para realizar seus tratamentos. Com a aprovação do rol taxativo, isso pode mudar.

“Em nenhum momento os políticos consideraram a situação econômica crítica do povo brasileiro. Acabamos de sair da pior fase da pandemia, muitos perderam seus empregos e, infelizmente, muitos sobreviventes da COVID-19 têm sequelas e agora dependem de tratamento para o resto da vida”, protesta o dirigente.



FOTO DIVULGAÇÃO / MARCELLO CASAL JR - AGENCIA BRASIL

CARGOS COMISSIONADOS SÃO CRIADOS EM ABUNDÂNCIA, O QUE PREJUDICA O SERVIÇO PÚBLICO



FOTO DIVULGAÇÃO / ALPR

Cargos comissionados burlam o sistema legítimo de concursos públicos no país e são uma ameaça para o serviço público prestado com qualidade, uma vez que concursos públicos são fundamentais para a contratação de profissionais qualificados.

“Com todo respeito, muitos que ocupam cargos de comissão são apadrinhados políticos. Enquanto um comissionado desfruta de mordomias e do salário, um profissional mais qualificado para o serviço fica para escanteio. Isso não é justo”, reforça Antonio Tuccilio, presidente da CNSP.

Cargos comissionados são ocupados

transitoriamente por empregados públicos nomeados por autoridade competente, seja ela um governador, prefeito ou até mesmo um deputado. As funções atribuídas geralmente são de chefia, gestão, administração ou assessoramento. Para Tuccilio, as pessoas não dão a importância devida aos concursos públicos.

“O que vemos é a criação de mais cargos comissionados e isso é extremamente preocupante. Recentemente, foi aprovada proposta que permite a criação de centenas de cargos comissionados na Assembleia Legislativa do Paraná, Ministério Público e Tribunal de Justiça também do PR. Ao todo, foram criados 542

cargos. Somente no MP, a medida prevê a criação de 261 cargos, com um ‘modesto’ custo anual de mais de R\$ 30 milhões a partir de 2023. Ainda em 2022, o impacto será de R\$ 18 milhões!”, informa.

Outro caso recente e que chama a atenção aconteceu em Rondônia. O Supremo Tribunal Federal (STF) anulou a criação de cargos comissionados no quadro pessoal da Assembleia Legislativa do Estado. A medida 1.056/2020 criou cargos em comissão de assistente técnico, assistente parlamentar, assistente especial de gabinete, secretária de apoio, secretária de gabinete e assessor. Eles não se destinam à direção, chefia ou assessoramento, como deveria ser.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO PRECISA DE CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO



FOTO DIVULGAÇÃO / SECOM/HELOISA BELLARINI

O Hospital do Servidor do Estado de São Paulo funciona em condições precárias. A instituição, cujo objetivo principal é atender o servidor público, é mantida pelo desconto de 3% em holerite do funcionalismo público estadual. Além disso, o cônjuge também paga, bem como agregados maiores de 21 anos. O empregador, nesse caso o governo paulista, também deveria contribuir para o funcionamento, mas não é o que acontece.

“Em tese, deveria ser dever do Estado, mas não é o que ocorre. O resultado é a

precarização do único hospital destinado ao atendimento de servidores públicos do Estado de São Paulo. A estrutura do Hospital do Servidor está estrangulada, com atraso de consultas, falta de médicos e demais profissionais, demora no atendimento e vários problemas”, informa Antonio Tuccilio.

Além disso, o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (Iamspe) não possui convênio com outros hospitais, o que afeta diretamente muitos municípios paulistas. Pouquíssimos

servidores conseguem pagar um plano de saúde particular. Muitos perderam o poder de compra com a inflação.

Recentemente, o Ministério Público acatou representação do deputado Carlos Gianazzi (PSOL) e ingressou com ação civil pública contra o (Iamspe) e a Sociedade para a Excelência da Saúde e Medicina, empresa responsável pelo atendimento clínico e cirúrgico no pronto-socorro do Hospital do Servidor atualmente. O objetivo: denunciar o sucateamento constante da instituição.

AS ELEIÇÕES ESTÃO CHEGANDO E É PRECISO VOTAR COM CONSCIÊNCIA

As eleições se aproximam e é importante votar com consciência. “Votar é um direito, além de ser um ato extremamente necessário. Abster-se de votar pode impactar milhões de pessoas. Afinal, os políticos que elegemos a cada quatro anos são os que devem nos representar no Senado, Assembleias e Câmaras”, orienta Antonio Tuccilio, presidente da CNSP.

É preciso escolher corretamente os candidatos, conhecer de fato as intenções e propostas dessas pessoas, além de suas ideologias e projetos. De acordo com Tuccilio, há falta de consciência na hora do voto, e até mesmo de informação. “Uma escolha inadequada pode gerar grandes prejuízos. Vejam o caso dos servidores públicos, que enfrentam falta de amparo dos políticos que deveriam representá-los. Os servidores sabem o que é a falta de representação da categoria na política. Isso dificulta a luta por direitos. Não há muitos políticos dispostos a brigar pela causa, o que torna as reivindicações mais difíceis de ser alcançadas”, lamenta o presidente da CNSP.

Antonio Tuccilio reforça que o voto é im-



portante porque inúmeras decisões políticas ao longo dos anos, além da escalada da inflação, resultaram na queda drástica do poder aquisitivo, colocando em risco a qualidade de vida dos brasileiros.

“Votar é importante. Mas se certificar de que aquele candidato é digno de seu voto é mais importante ainda. Há tempo suficiente para avaliar os candidatos que mais compactuam com nossos interesses com cuidado e visão crítica. Mas tam-

bém é muito importante pensar no coletivo na hora do voto”, destaca Tuccilio.

O dirigente dá outra dica: acompanhar o que os políticos eleitos pensam, como votam e discutem. “Afinal, nós elegemos esses candidatos e eles precisam prestar contas à população. As eleições só começam em outubro, mas já é hora de pensar e analisar as pessoas que podem te representar no Legislativo e no Executivo nos próximos quatro anos”.

O INFORMATIVO CNSP É O ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DIRETORIA: Antonio Tuccilio (Presidente), Elisio Gonzaga Da Silva (1º Vice-Presidente), Lucieni Pereira da Silva (Diretora de Assuntos da Área Federal), Rafael Rodrigues Aguirrezábal (Diretor de Assuntos Municipais), Luiz Manoel Geraldes (Secretário Geral), Mauro Rodrigues Pinto (1º Secretário), Wagner Dalla Costa (Diretor de Finanças), Lizabete Machado Ballesteros (Diretor Adjunto de Finanças), Julio Bonafonte (Diretor Jurídico), Gaspar Bissolotti Neto (Diretor de Imprensa e Divulgação), Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro (Diretor de Assuntos Parlamentares), Valdir Suzano (Diretor de Assuntos Internacional Integração) e João Carlos Milani Santos (Diretor de Assuntos da Área Estadual). **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Paulo Sebastião Gonçalves Olympio, Vice-Presidente da 1ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Álvaro Miguel Rychuv, Vice-Presidente 2ª Região (Paraná e Mato Grosso do Sul), José Gozze, Vice-Presidente da 3ª região (São Paulo), Derly Ávilla Corrêa, Vice-Presidente da 4ª região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), Manoel Do Nascimento Vice-Presidente 5ª Região (Mato Grosso e Rondônia), José Carlos Cosenzo, Vice-Presidente da 6ª Região (Minas Gerais), Carlos Kauark Kruschewshy, Vice-Presidente 7ª Região (Bahia e Sergipe), Luciano Albuquerque Florêncio, Vice-Presidente da 8ª Região (Alagoas, Pernambuco e Paraíba), Djalma Pires, Vice-Presidente da 9ª Região (Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), Adherbal Silva Pompeo, Vice-Presidente da 10ª Região (Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, Roraima e Amapá), João Batista Teixeira, Vice-Presidente 11ª Região (Goiás, Tocantins e Distrito Federal). **CONSELHO FISCAL:** Gilmar Belluzzo Bolognani, Carlos Roberto Martins de Lima e Nivaldo Campos Camargo. **SUPLENTES:** Oscar Antonio Klos, Eduardo Pereira Quadros Souza e Claudio Rosa Leopoldino (Falecido em 14/12/2021). **PRESIDENTES EMÉRITOS:** Wilson Ribeiro e Brasil Paraná de Cristo (in memoriam).

COORDENAÇÃO GERAL: Antonio Tuccilio. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Altair Albuquerque (MTb 17.291). **REDAÇÃO E EDIÇÃO:** Ana Livia Lopes - Texto Comunicação Corporativa (www.textoassessoria.com.br). **PROJETO GRÁFICO E DESIGN:** Rodrigo Bonaldo. **TIRAGEM:** 650 exemplares. **CNSP:** www.cnsp.org.br | cnsp@cnsp.org.br | (11) 3105-7940. Rua Bitencourt Rodrigues, 88 - 6º andar - São Paulo/SP - CEP 01017-010.